

Curso Presencial

APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA LDO 2023: COMO INSERIR METAS NO ORÇAMENTO PARA O PODER EXECUTIVO

07 a 10 de Junho de 2022

Florianópolis/SC

A quem se destina?

- ✓ Vereadores, assessores, Procurador, Contador, Controle Interno, Ouvidor, Diretor de câmara, Chefe de Gabinete; Secretários
- ✓ Servidores públicos em geral e demais interessados no objeto de estudos



Florianópolis/SC
Auditório Hotel Castelmar
Rua Felipe Schmidt, 1260, Centro

Professora:



Gabriela Schelp

Vice-Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da Subseção OAB de Criciúma (2017/2020); Secretária Geral da Comissão de Direito Eleitoral OAB/SC (2019/2020); com especialização em direito “lato sensu” pela Escola da Magistratura de Santa Catarina - ESMESC, e em Direito Eleitoral pela Pontifícia Universidade Católica - PUC/MG



Kit do Aluno
Pasta personalizada,
Apostila Impressa,
Caneta e credencial



Coffee Break



**Certificado
de Conclusão**

A partir do cumprimento
de 75% da programação
obrigatória

ENTRE EM CONTATO AGORA

 (48) 3204-6843

 (48) 99665-7706

 comercial.sc01@ceapbrasil.com

Investimento

R\$890,00 - 1 inscrição

VALOR ESPECIAL PARA GRUPOS
A partir de 04 inscrições

Pagamento via depósito, boleto
ou PIX

Banco do Brasil S.A

Agência: 3174-7

Conta: 127158-X

Objetivo do Curso

Capacitar tecnicamente Vereadores e suas equipes para uma atuação mais ativa frente ao processo de análise e aprovação da LDO 2023, evidenciando a importância do planejamento orçamentário como forma de alcance de resultados positivos às políticas públicas municipais.

Programação

Terça-feira ▶ 07/06/2022 14h as 17h

- Credenciamento e entrega de material didático.

Quarta-feira ▶ 08/06/2022 8h as 12h

PAINEL I – INTRODUÇÃO AO ORÇAMENTO PÚBLICO MUNICIPAL

- Entendendo Orçamento público
- Quais Leis devemos aprender?
- O que é Planejamento orçamentário e como a população enxerga esse trabalho
- No que a Lei brasileira me ajuda a ser mais responsável? LRF!!;
- O ciclo do orçamento e comparação com o Governo Federal e Estadual
- O Orçamento do Município na prática

Quarta-feira ▶ 08/06/2022 14h as 17h

ELETIVA – Oficina de Empreendedorismo Público

Quinta-feira ▶ 09/06/2022 8h as 12h

PAINEL II – APRECIÇÃO DAS LEIS ORÇAMENTÁRIAS PELA CÂMARA MUNICIPAL COM FOCO NA LDO

- Trâmite dos Projetos na Câmara Municipal: procedimento Legislativo (comum, sumário, especial); análise pelas comissões; audiências públicas; discussões em plenário;
- Turnos de aprovação; sanção, promulgação e publicação.
- Emendas aos projetos: Emendas aditivas; Emendas modificativas; Emendas supressivas; Emendas substitutivas; Emendas aglutinativas; Substitutivo.
- Procedimentos: Rito de tramitação; Prazos; Preclusão;
- Objetivos da LDO.
- Etapas da elaboração da LDO: Preparação; Elaboração;
- Aprovação; Execução e Alteração.
- Estrutura da LDO; Anexos a LDO.
- Conteúdo obrigatório da LDO: Equilíbrio entre receita e despesa; Critérios e forma de limitação de empenho; Montante da reserva de contingência com base na receita corrente líquida; Relacionamento com o PPA; Exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal; Modelo de Projeto de Lei e relatórios legais;

Quinta-feira ▶ 09/06/2022 14h as 17h

ELETIVA – Oficina de Oratória Parlamentar

Sexta-feira ▶ 10/06/2022 8h as 12h

PAINEL III – LDO MUNICIPAL NA PRÁTICA

- Anexo de Metas Fiscais
- a. Metas Anuais; b. Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;
- c. Metas Fiscais Atuais x Fixadas nos Três Exercícios Anteriores; d. Evolução do Patrimônio Líquido; e. Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos; f. Avaliação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores; g. Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita; h. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
- Anexo de Riscos Fiscais a. Riscos Fiscais; b. Contingência Passiva;
- c. Obrigações Fiscais; e d. Conteúdo e Objetivo do Demonstrativo.
- Audiências Públicas e participação popular;
- Apresentação do modelo de projeto de lei e seu conteúdo.
- Processo Legislativo:
- a. Conteúdo obrigatório e os documentos que a Comissão de Orçamento e Finanças (COF) deve exigir na LDO; b. Procedimentos da COF em caso de ausência de documentos enviados pelo Executivo; d. As emendas parlamentares a LDO;
- e. Vetos do Poder Executivo; f. Orçamento Impositivo.
- Audiências Públicas: Preparação e apresentação;
- Acompanhamento quadrimestral das metas estabelecidas na LDO.